



Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia

ISSN: 1415-0549

revistadafamecos@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Brasil

DOMINGOS DE ALMEIDA, CRISTÓVÃO; GUINDANI, JOEL FELIPE; MORIGI, VALDIR JOSE

A rádio comunitária como prática de cidadania comunicativa

Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 18, núm. 3, septiembre-diciembre, 2011, pp. 959-975

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495551009019>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Revista

FAMECOS

mídia, cultura e tecnologia

Tecnologias do Imaginário

A rádio comunitária como prática de cidadania comunicativa¹

The community radio as a practice of communicative citizenship

CRISTÓVÃO DOMINGOS DE ALMEIDA

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS/RS/BR. <cristovaaalmeida@gmail.com>

JOEL FELIPE GUINDANI

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS/RS/BR. <j.educum@gmail.com>

VALDIR JOSE MORIGI

Professor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS/RS/BR. <valdir.morigi@ufrgs.br>

RESUMO

Como se caracteriza a prática de cidadania comunicativa na rádio comunitária desenvolvida por agricultores *Sem Terra*? A resposta a esse questionamento passa pela definição de cidadania comunicativa enquanto estratégia de ação e de participação no espaço público. Articulando-a com a experiência observada da rádio comunitária *Terra Livre FM* no Assentamento 25 de Maio em Abelardo Luz (SC), ela é tecida por uma rede complexa de elementos que envolvem a participação, formas de sociabilidade e a livre manifestação dos pensamentos. Ações comunicativas que garantem a constituição de novos direitos no qual através da palavra própria realiza a mediação entre as práticas de cidadania e a participação dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania comunicativa; Rádio comunitária; Sociabilidade.

ABSTRACT

How is the practice of communicative citizenship characterized in a community radio developed by *Sem Terra*? The answer to this question goes through the definition of communicative citizenship as an action and a participation strategy inside public sphere. Connecting it with the experience of observation that took place in the community radio *Terra Livre FM*, situated in 25 de Maio settlement in Abelardo Luz (SC), communicative citizenship is entwined by a complex network made of elements that involve participation, different forms of sociality and the free expression of thought. Communicative actions that guarantee the establishment of new rights which, through words, mediates citizenship practices and the participation of subjects.

KEYWORDS: Communicative citizenship; Community Radio; Sociality.

O objetivo deste artigo é aprofundar a discussão sobre cidadania comunicativa e mostrar como essa noção pode se constituir em uma experiência de rádio comunitária. A radiodifusão comunitária, mais especificamente a rádio *Terra Livre FM* desenvolvida pelos agricultores *Sem Terra* do oeste catarinense, é um dos lugares privilegiados de acompanhar as ações que emergem neste tempo de reformas estruturais e de revisões conceituais. Assim, levantamos os seguintes questionamentos: como se expressa no universo empírico a prática da cidadania comunicativa? Como o espaço radiofônico realiza a mediação e se constitui uma estratégia política para a construção da cidadania comunicativa?

Através da dinâmica metodológica da pesquisa participante iniciada no segundo semestre de 2009, adentramos no Assentamento 25 de Maio localizado no município de Abelardo Luz (SC), entrevistamos ouvintes, locutores e lideranças do Movimento, registramos a constituição histórica da rádio *Terra Livre FM*; desde o processo de sua fundação em 1996, como os períodos de interrupção na sua programação e ações de resistência dos comunicadores mediante ameaças criminais e perseguições políticas.

Por fim, analisaremos alguns depoimentos sobre a inserção dos agricultores na emissora, bem como as razões apontadas para o engajamento, lutas e resistências. Desta discussão, apontamos alguns elementos que podem ajudar na reflexão e prática da cidadania comunicativa através da rádio comunitária: conquista e a necessidade do acesso aos meios de comunicação e o direito à informação pelos cidadãos, manifestação da palavra própria como expressão da participação através das ações cotidianas locais e das formas de sociabilidade.

Cidadania comunicativa como estratégia política de participação popular

Para além da dimensão dos direitos previamente reconhecidos com as conquistas legais, a cidadania também diz respeito ao processo de lutas específicas e de práticas

concretas que possibilitam o sujeito a se tornar um cidadão. Cidadão que tenha a oportunidade de questionar as formas de ordenamento da sociedade, a constituição de direitos e deveres, que orientam a sociabilidade, como sua dimensão simbólica cultural. A participação cidadã torna-se imprescindível para coletivizar as demandas e decisões necessárias, que efetivam a configuração do espaço público contemporâneo.

Partimos de reflexões que fundamentaram a cidadania enquanto estratégia política (Dagnino, 1994) de participação popular dos sujeitos sociais no espaço público e apresentamos o conceito de cidadania comunicativa, elaborado por Mata (2006). A cidadania comunicativa deve ser compreendida como o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito, de demanda e de decisões no terreno da comunicação, bem como a prática desses direitos².

A cidadania comunicativa não rompe com a constituição dos direitos civis, como a liberdade de expressão, direitos políticos, como as formas de participação dos cidadãos e direitos sociais, como direito à informação, educação, ao acesso ao conhecimento. No entanto, reflete sobre a capacidade desses direitos, já conquistados, serem ampliados com a adesão de novas vozes cidadãs. De acordo com Mata (2006, p. 13), a noção de cidadania comunicativa “ultrapassa a dimensão jurídica e alude à consciência prática, à possibilidade de ação”. Ou seja, implica no desenvolvimento de práticas tendentes a garantir os direitos no espaço específico da comunicação e, através deste campo ampliar o espaço democrático.

Nessa perspectiva, avançamos na discussão elaborada por Mata (2006), identificando a ação comunicativa como uma habilidade e uma competência³ na configuração da prática da cidadania comunicativa: ao atuar nos meios de comunicação, o sujeito produz e se apropria das técnicas e dos conteúdos. Tais apropriações tornam-se fundamentais para garantir a socialização da sua palavra no contexto da opinião pública, pois,

a palavra manifestada numa rádio comunitária, por exemplo, é palavra pública e abrangente. Daí a importância da comunicação alternativa não como mera experiência individual ou tecnológica, mas como projeto e prática que amplia possibilidades de ação política.

A prática da cidadania comunicativa contempla a natureza da ação, que é a participação nas ações na vida individual e coletiva, associada à ideia de negociar e interagir nas tomadas de decisões. Quer dizer, a condição da participação nos processos comunicacionais é o ponto de partida para a reflexão e o entendimento da prática da cidadania comunicativa.

Importante evidenciar que a participação “[...] não é dada, é criada [...]. A participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada” (Demo, 1988, p. 82). Peruzzo (1998) elenca as formas de participação em três modalidades: participação passiva, participação controlada e participação poder. A autora destaca que a “participação poder” representa a partilha do poder, através de espaços mais abertos e democráticos: “[...] são expressões do poder participação a co-gestão e a auto-gestão” (1998, p. 81).

Caracterizamos, nesta investigação, a ainda a noção de cidadania comunicativa como aquela ligada à experiência concreta dos movimentos sociais; que organiza uma estratégia de construção democrática e de transformação social, não estando assim, vinculada a uma estratégia de integração social por parte do Estado ou das classes dominantes: “[...]ela é uma estratégia para os “não-cidadãos” (Dagnino, 1994, p. 107) e, acrescenta Mata (2006), dos silenciados do processo comunicativo. Interessa-nos, particularmente, a reflexão acerca da noção de cidadania enquanto “estratégia política” (Dagnino, 1994), calcada em princípios básicos como “participação, autonomia e crítica/ criação” (Varela, 2007. p. 66).

A cidadania como estratégia política implica nos processos de definição da ação política, na busca pela igualdade e na capacidade de construir sujeitos de demanda e

de decisões através da livre expressão. Tais demandas e decisões não dizem respeito a interesses de um Estado ou a demandas individuais, mas faz referência, antes de tudo, a uma forma de sociabilidade política para a elaboração de direitos (Telles, 2006). Nesta perspectiva, reconhece-se, através da argumentação e do diálogo, elementos comunicativos, geradores de uma sociabilidade capaz de produzir um espaço público interativo e democrático entre os sujeitos de demandas e de decisões.

O conceito de cidadania comunicativa deve ser compreendido a partir desses elementos e a complexidade que envolve à sua relação da ação comunicativa com o conceito de participação. Ou seja, o conceito de participação abrange uma gama diversa de processos que se refletem nas formas de sociabilidade.

As formas e os níveis de participação vão desde a comunicação dos silenciados até os processos mais orgânicos e ampliados de participação como o de atuação na gestão de uma emissora radiofônica ou nas práticas comunicacionais desenvolvidas pelos agentes dos movimentos sociais.

A rádio comunitária como uma prática da cidadania comunicativa

Para Haussen (2004), uma emissora comunitária estrutura-se a partir de demandas locais, especialmente aquelas que dizem respeito às necessidades básicas como o acesso à informação, divulgação de assuntos que interessam à comunidade; à luta dos sujeitos engajados no debate por melhorias políticas, sociais e culturais. Nessa direção, identificamos que a rádio comunitária torna-se também um espaço para que o cidadão participe das decisões sobre as políticas locais ou, até mesmo, sobre a necessidade de um tipo de comunicação plural e mais democrática.

Peruzzo (2007) enfatiza que uma rádio comunitária deve ser reconhecida pelo trabalho que desenvolve; ela transmite uma programação de interesse social vinculada à realidade local, não tem fins lucrativos, contribui para ampliar a cidadania,

democratizar a informação, melhorar a educação informal e o nível cultural dos receptores sobre temas diretamente relacionados às suas vidas. Ainda destaca que uma emissora comunitária possibilita a participação ativa e autônoma das pessoas residentes na localidade, bem como de representantes de movimentos sociais e de outras formas de organização coletiva na programação, nos processos de criação, no planejamento e na gestão. Essas ações – pontua a autora – balizam-se por princípios de comunicação libertadora, os quais têm como norte a ampliação das práticas de cidadania.

A experiência de rádio comunitária, na grande maioria, reflete a conquista do acesso aos meios de comunicação por parte de sujeitos organizados em movimentos populares ou em grupos comunitários. Peruzzo (1998b) caracteriza o acesso às tecnologias pelos movimentos populares como um forte indicador do direito à comunicação e dos processos de democratização social, especialmente porque a rádio comunitária amplia possibilidades de ações cidadãs.

Assim, a prática da cidadania comunicativa se realiza através da ação comunicativa, que, apoiando-se nas formas e nos níveis diferenciados de participação e sociabilidade, impulsiona novas esferas de ação política. Elas abrangem desde a comunicação dos silenciados até os processos mais orgânicos e ampliados de participação como o de atuação na gestão de uma emissora radiofônica ou nas práticas comunicacionais desenvolvidas pelos agentes dos movimentos sociais. Refletiremos sobre esse ponto a partir da experiência que segue.

A experiência da Rádio Terra Livre FM como prática da cidadania comunicativa

A rádio *Terra Livre FM* surgiu no início de 1996, na cidade de Abelardo Luz⁴, região Oeste de Santa Catarina: era o dia primeiro de maio, dia do trabalhador. A rádio

Terra Livre FM de Abelardo Luz foi a primeira experiência de rádio do MST no Sul do Brasil.

Rádio *Terra Livre FM* foi o nome escolhido por seus fundadores. Sempre houve consenso, afirmam, justamente por simbolizar ou fazer “[...] referência à luta do Movimento contra o latifúndio e a favor da libertação da terra para o povo sofrido”.⁵ a experiência na estruturação histórica da rádio *Terra Livre FM* apresenta-se como fundamento sólido e central como exemplo de prática da cidadania comunicativa: “[...] quando olhamos para o início, percebemos que a questão da cidadania foi a coisa mais importante para motivar o povo na hora de fazer essa rádio funcionar”.⁶

A necessidade de se montar uma rádio sempre esteve presente nas discussões entre os primeiros assentados: “[...] são mais de mil e duzentas famílias reunidas por aqui e sem uma rádio a convivência do povo e a própria organização do movimento ficavam prejudicadas.”⁷ Da mesma forma, enfatiza o integrante do Setor Nacional de Comunicação, a motivação inicial em se montar a rádio *Terra Livre* no município de Abelardo Luz também se deu a partir do Movimento Sem Terra: “a coordenação do movimento percebeu a necessidade de uma rádio nessa região assentada, principalmente para darmos voz às lideranças e para elevar o nível cultural dos assentados”.⁸

Com a aquisição de equipamentos, a *Terra Livre FM* iniciou a transmissão de conteúdos para as mais de mil e duzentas famílias assentadas da região. No início, de maneira experimental, com alcance limitado a alguns metros de suas instalações e com uma programação somente musical, devido à inexperiência dos locutores, bem como às ameaças de apreensão dos equipamentos pela Polícia Federal. Como lembra um dos fundadores, “[...] no começo, a gente tinha muito medo. Estava tirando a rádio do ar. Acho que desde noventa e seis até noventa e nove, nós fechamos umas cinco vezes a rádio. Sempre nessa resistência.”⁹

Após três anos, entre funcionamento e não funcionamento, os fundadores resolveram encerrar definitivamente as atividades, repassando a emissora para outro grupo:

“

[...] entre 1998 e 1999 a polícia bateu, mas só avisou a gente. A gente deu um tempo, repensamos, pois já não tinha muita gente disposta a assumir. E a rádio não tinha outorga, mas depois de uns meses, outro grupo reassumiu. Esse novo grupo até fez uma rifa com a comunidade para pagar as contas atrasadas e também para iniciarem a construção, onde está até hoje a rádio.

(P. , 2010)

Com o novo grupo na coordenação, a rádio *Terra Livre FM* reabriu suas portas no dia 25 de maio de 1999. Nesse mesmo dia, comemorava-se, como se comemora ainda hoje, a data de ocupação das terras pelo Movimento: [...] no dia 25 de maio a rádio foi posta no ar; na semana de comemoração deste assentamento. Na época foi uma novidade que até muitos fizeram fila para falar de volta no rádio. Isso mexeu na autoestima (P. , 2010).

Referente a essas formas de resistência para o funcionamento da rádio *Terra Livre*, a cidadania comunicativa é construída através da participação coletiva. As formas democráticas de participação também podem ser reconhecidas nas motivações iniciais que os fizeram criar a emissora:

“

[...] pra gente divulgar qualquer coisa aqui do assentamento era, naquele tempo, cinco reais por anúncio, isso era uma afronta para nós. Principalmente porque o dono da rádio da cidade sabia que éramos assentados. Isso foi revoltando a gente a ponto de criarmos essa rádio [...]. Para anunciar um falecimento de algum assentado sem condições de pagar eles não anunciavam.

(A1, 2010)

O Estado através de órgãos fiscalizadores tenta, a todo instante, controlar o funcionamento desta emissora. Na mesma proporção, as instituições políticas locais desqualificam, através dos veículos oficiais, as ações do Movimento e a própria organização dos agricultores desta região.

“

O prefeito e outros políticos daquele tempo mataram a cooperativa da gente [...]. Eles também mataram a rádio junto na época. Mas como a gente queria ter nossos direitos, inclusive o de poder se expressar, continuamos firmes, resistindo a cada dia essas humilhações.

(A1, 2010)

Mesmo neste ambiente tenso, mas de resistência por parte dos agricultores, no mês de janeiro de 1999, a rádio *Terra Livre* saiu do ar novamente. Sob forte perseguição política, as despesas com energia e manutenção dos equipamentos

também foram aos poucos comprometendo o andamento da emissora: É triste dizer isso, mas chegou um tempo que a gente não podia nem pagar o talão da luz da rádio. Nós agüentamos seis meses dividindo o talão da luz com alguns assentados, mas a situação estava ruim para todos aqui. Tivemos que fechar a rádio (A1, 2010).

Para outro ouvinte, o fechamento da rádio *Terra Livre* significou grandes perdas para a comunidade, principalmente os serviços de utilidade pública “[...] quando a rádio ficou fora do ar, aí que muita coisa foi pro ar mesmo. Porque a gente não tinha mais como se comunicar com o povo; para os recados de reunião, avisos da cooperativa, das festas da comunidade”¹⁰. Identificamos que o fechamento da emissora também causou forte interferência nos processos de participação cidadã, especialmente na esfera da produção cultural:

“

*Se formos analisar, o maior prejuízo quando a rádio fechou foi para a juventude envolvida com as atividades do setor de cultura. A participação era total da juventude [...]; desde a organização das atividades com a comunidade, da programação da rádio.*¹¹

Após seis anos de interrupção, outro grupo de jovens resolveu retomar as atividades. A intenção era não apenas reativar a *Terra Livre FM*, mas também criar a Associação Cultural 25 de Maio. Associação, composta por lideranças do MST e pelos moradores de vários assentamentos da região, tornou-se um espaço para a realização de outras atividades. A criação do Centro Cultural

“

[...] mexeu com a juventude, principalmente a rádio e a internet. Muitos só ouviam ou sabiam o que era isso pela televisão ou nas vitrines das lojas. Sem falarmos da rádio, que era a coisa mais esperada pelo povo aqui. Montamos uns equipamentos bons, até eu fiquei muito mais animado para continuar a luta por aqui.

(R, 2010)

No Centro Cultural 25 de Maio, iniciaram-se as jornadas culturais, reuniões do movimento e encontros de formação. Também, de acordo com um dos idealizadores do projeto foi possível “[...]conseguir um cinema itinerante, com equipamentos para rodar filmes nos assentamentos” (R, 2010). Essa experiência de mídia continua se desenvolvendo mensalmente nos assentamentos da região. Como relata a locutora:

“

[...] o cinema itinerante foi uma coisa que até nós ficamos surpreendidos. Na maioria dos assentamentos nós montávamos o cinema dentro da igreja ou do clube. Achávamos que viriam poucas pessoas, mas sempre lotou. Nem em dia de missa ou de festa na comunidade o salão fica tão cheio.¹²

Através dos espaços comunicacionais, os sujeitos buscam incorporar novos canais de expressão, práticas e conteúdos de cidadania. Também podemos identificar nesta ação de comunicação alternativa um fator ativo e que possibilita novas formas de

sociabilidade e de práticas entre os sujeitos envolvidos com a comunidade. Nessas ações são reveladas ainda as competências e as habilidades individuais como condição para o sujeito se tornar autônomo em suas decisões e ao mesmo tempo ser produtor de informação e conhecimento sobre a realidade.

“

[...] Existem pessoas aqui no assentamento que são muito competentes para a coisa mais técnica [...]. Têm pessoas que nos ajudam como podem. Tem um senhor que nunca disse um 'oi' no microfone, mas está direto aqui dentro da rádio com a gente; nos informando sobre as coisas que acontecem nos assentamentos.

(A, 2010)

O espaço da emissora é democrático, onde todos têm a oportunidade de participar crítica e criativamente. Em, 2007, por exemplo, quando a rádio *Terra Livre FM* ainda estava fora do ar, os próprios assentados e algumas lideranças do *Movimento Sem Terra* se mobilizaram, através de amplo debate, teceram críticas sobre o não funcionamento e repensaram alternativas para a reabertura da emissora:

“

[...] na verdade o que apressou a gente a colocar a rádio no ar foi às reclamações da comunidade e das lideranças. Começaram as cobranças e aí tivemos que repensar as coisas. Muitos artistas dos assentamentos cobravam agente na rua. Foi aí que descobrimos a importância dessa rádio para o povo daqui.

(R, 2010)

A rádio *Terra Livre FM* reabriu suas portas no dia 17 de fevereiro de 2008:

“

[...] nesse dia, a gente podia ver na cara das pessoas a felicidade, principalmente aqueles que vinham aqui fazer o programa, cantar uma música, mandar um abraço para a família [...]. Eu sempre digo para o povo aqui que a rádio tem o poder de dar vida para muitas pessoas.

(P1, 2010)

Ideia compartilhada pela jovem locutora: “[...] com a rádio funcionando a vida aqui nos assentamentos se torna diferente. Isso não apenas para nós locutores, mas também para o povo que luta pela justiça e que está com a gente nessa luta” (R1, 2010).

Neste aspecto, a prática da cidadania comunicativa até certo momento foi manifestada, nesta emissora, através de uma programação voltada para os gostos populares, as sensibilidades do mundo da vida. No entanto, a preocupação central foi ampliar a veiculação de conteúdos formativos e noticiosos, que propiciassem uma crítica política, especialmente por meio do programa *Jornal Terra Livre*. Para a liderança do MST o investimento maior “foi no jornalismo. Foi difícil, pois a moçada não tem muito jeito pra isso, principalmente para achar notícias aqui nos assentamentos” (P1, 2010).

As formas de participação, que efetivam a prática da cidadania comunicativa através da rádio *Terra Livre FM*, proporcionam caminhos alternativos para o debate no espaço público. Como enfatiza outro locutor, os canais institucionalizados são limitados e até mesmo ineficientes para a participação popular:

“

[...] se não fosse a rádio, muitos assentados não teriam outra forma de falar sobre os problemas da nossa comunidade. O que se fala na rádio com certeza vale mais do que muitas reuniões que os vereadores fazem por ai; que muitos nem ficam sabendo de nada; isso quando acontecem.

(A2, 2010)

Neste sentido, o meio radiofônico, como espaço público discursivo, facilita a participação cidadã, pela qual os sujeitos manifestam inquietações, reivindicações que de outra forma se tornam inviáveis.

A ação comunicativa na emissora é possibilitada através das discussões abertas e não hierárquicas dos assuntos, no diálogo entre locutores, ouvintes e comunidade, facilitando assim, tomadas de decisões para a construção da opinião pública. “[...] aqui na rádio a gente pode expressar nossas opiniões tanto sobre os problemas dos assentamentos, como as questões das lutas do Movimento” (R1, 2010). A participação popular também é parte fundamental do funcionamento da *Terra Livre FM*. Mesmo não se caracterizando de maneira uniforme (Peruzzo, 1998), as formas de acesso e participação facilitam o empoderamento¹³a partir da realidade dos sujeitos que se comunicam:

“

[...] se fosse na rádio da cidade, eu duvido que eles deixariam a gente falar as verdades sobre os problemas do nosso assentamento [...]. Na verdade, a participação para os ‘sem terra’ sempre foi negada ou na base do dinheiro. Por ai você já pode ter uma noção de como a nossa rádio é boa para a nossa luta.

(P1, 2010)

A prática da cidadania comunicativa possibilita o fortalecimento dos laços de pertencimento com a comunidade e de reconhecimento do Outro. Observamos que a presença da rádio comunitária institui novas formas de participação dos sujeitos na vida comunitária do assentamento; ela altera as formas de sociabilidade entre os envolvidos e, na mesma medida, possibilita ações políticas estratégicas para o enfrentamento do Movimento com outros setores da sociedade, entre eles o Estado. Assim, “com o passar do tempo, a nossa rádio se tornou um lugar de discussão sobre os rumos do movimento nos assentamentos” (P, 2010).

Em alguns relatos, percebemos que a rádio comunitária possui potencial para o “reencantamento” da participação política e cultural dos ouvintes e locutores: [...] só morando aqui para saber o que tem mudado na nossa vida por causa da rádio. Sem dúvida, politicamente nós ficamos mais respeitados, sem contar na questão das festas e eventos que a rádio esteve presente, inclusive na cidade (P1, 2010).

A rádio comunitária remete a novas formas de sociabilidade, de percepção, do reconhecimento do Outro, do conhecimento sobre a realidade e de competências até então desconhecidas, ou pouco identificadas pelos locutores, como também pelos próprios ouvintes.

Considerações finais

A rádio *Terra Livre FM* não é apenas um dispositivo tecnológico ou gênero comunicativo, mas um espaço discursivo gerador e disseminador de conteúdos informacionais de interesse da comunidade local, capaz de reconstruir simbolicamente o mundo da vida dos sujeitos sociais. A emissora possibilita a criação de novas formas de sociabilidade e produção cultural. Através da ação comunicativa, os grupos sociais organizados, ou mesmo sujeitos, nas ações individuais ou coletivas, podem estimular a ampliação da construção de percepções, de sensibilidades criativas, de competências e prática

cidadãos em suas comunidades. Práticas que possibilitam fortalecer e reconstruir laços identitários do grupo social que se concretizam a partir do agir comunicativo.

A prática da rádio comunitária, para exercer efetivamente o seu papel na construção da cidadania comunicativa, precisa se apropriar de elementos que fazem parte da história e da identidade cultural tanto dos assentados quanto do Movimento. É com base no compartilhamento destes valores e crenças que se possibilitam ações e estratégias políticas comprometidas e que renovam alternativas de mobilização. Entretanto, este mundo comum para ser sustentado e fortalecido não pode se apoiar apenas na visão racional das coisas, do agir comunicativo, tal como se expressam os padrões que fundamentam o jornalismo na construção da notícia e da informação. Os elementos de ordem emocional e afetiva precisam ser incorporados e considerados, pois integram a construção da subjetividade dos sujeitos e também regem os comportamentos e a vida social. ●

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência e uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez, 1988.
- HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio brasileiro: uma história de cultura, política e integração. In: FILHO, André Barbosa; PIOVESAN, Angelo. BENETON Rosana (orgs.). *Rádio: sintonia do futuro*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- MATA, Maria Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*. São Leopoldo, RS, VIII (1), janeiro/abril, 2006, p. 5-15.
- PERUZZO, Maria Cicilia K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. São Paulo: Vozes, 1998.
- _____. Participación em las rádios comunitarias em Brasil. In: *Comunicación y Sociedad. Dep. de Estudios de la Comunicación Social*, Universidad de Guadalajara, n. 32, enero/abril, 1998. Guadalajara, Jalisco, México, 1998b.

PERUZZO, Maria Cicilia K. Rádio comunitária, Educomunicação e Desenvolvimento. In: PAIVA, Raquel (org.). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 2006.

VARELA, Aida. *Informação e construção da cidadania*. Brasília: Thesaurus, 2007.

NOTAS

- ¹ Versão do artigo teve como base o trabalho apresentado ao GT “Comunicação e Sociabilidade”, do XIX Encontro da Compós, na PUC-RJ, em junho de 2010.
- ² O conceito é resultado da reflexão entre comunicação dos silenciados que teve início na década de 1960 e nos anos 1990, intensifica-se a articulação entre cidadania e comunicação. O Concílio de Medellín ocorrido na Colômbia foi o início da difusão da ideia de que os sem voz precisava recuperar a palavra. Outras fontes de propagação desse conceito foram: os pensadores da esquerda política da América Latina, a Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base e a pedagogia freireana.
- ³ Estamos compreendendo as competências no sentido exposto por Brandão (1999). Ele fala das competências individuais não no sentido de competir, mas na capacidade de empreender esforços em qualquer atividade humana. Sendo que as competências e as habilidades de cada um também são construídas ao longo da vida.
- ⁴ O município de Abelardo Luz está localizado no oeste catarinense, a 574 km de Florianópolis. A história do município se confunde com os conflitos e discussões originados pela posse e demarcação das terras da região localizada entre os rios Iguaçu e Uruguai, nos fins do século XVIII. Essa área foi habitada por índios Guaranis e Caingangues que, aos poucos, foram expulsos de suas terras por colonizadores gaúchos.
- ⁵ R é locutor da rádio *Terra Livre FM*. Para manter a privacidade dos informantes, os entrevistados serão identificados pela primeira letra do sobrenome e, se as letras se repetirem serão acrescentados números.
- ⁶ A1 é locutor e integrante da coordenação da rádio *Terra Livre FM*.
- ⁷ S é assentado e ouvinte da rádio *Terra Livre FM*.
- ⁸ P é integrante do Setor Nacional de Comunicação do MST.
- ⁹ A2 é locutor da rádio *Terra Livre FM*.
- ¹⁰ A3 é assentado e ouvinte da rádio *Terra Livre FM*.
- ¹¹ P1 é locutor e integrante da coordenação da rádio *Terra Livre FM*.
- ¹² S1 é locutora da rádio *Terra Livre FM*.
- ¹³ Compreendemos o empoderamento a partir da visão habermasiana. Este autor (1984) considera o empoderamento como a capacidade do sujeito de entender as discussões como requisito fundamental à sua manifestação pública.